



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
Programa de Pós-Graduação stricto sensu
Mestrado em Direito

ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO

A proteção do meio ambiente como um dos direitos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o problema da legitimidade e da representação adequada para a sua concretização pelo processo.

Recife, 2010.

ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO

A proteção do meio ambiente como um dos direitos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o problema da legitimidade e da representação adequada para a sua concretização pelo processo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado em Direito - da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Doutor Alexandre Freire Pimentel.

Recife, 2010.

B453p

Beltrão, Antônio Figueiredo Guerra

A proteção do meio ambiente como um dos direitos fundamentais da constituição da república federativa do Brasil de 1988 e o problema da legitimidade e da representação adequada para a sua concretização pelo processo / Antônio Figueiredo Guerra Beltrão ; orientador Alexandre Freire Pimentel, 2010.

132 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas, 2010.

1. Direito ambiental - Brasil. 2. Direitos fundamentais. 3. Proteção ambiental. 4. Direito constitucional - Brasil. 5. Interesses difusos - Brasil.
I. Título.

CDU 349.6(81)

ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO

A proteção do meio ambiente como um dos direitos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o problema da legitimidade e da representação adequada para a sua concretização pelo processo

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Direito, pela Universidade Católica de Pernambuco, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Freire Pimentel - UNICAP

Titular interno: Prof. Dr. Marcelo Labança Corrêa de Araújo - UNICAP

Titular interno: Prof. Dr. Sérgio Torres Teixeira - UNICAP

Titular Externo: Prof. Dr. Francisco Ivo Dantas Cavalcanti - UFPE

Recife/PE, 2010.

AGRADECIMENTOS

Registro minha sincera gratidão aos professores Alexandre Freire Pimentel e Leonardo José Carneiro da Cunha, pelo generoso apoio e contribuição.

RESUMO

Esta dissertação analisa, a partir da perspectiva da doutrina comunitarista, a proteção ao meio ambiente como um direito fundamental da Constituição Brasileira de 1988 bem como o problema da representação adequada e da legitimidade das ações coletivas ambientais. O trabalho está desenvolvido em 4 (quatro) capítulos. No primeiro, aborda-se a doutrina comunitarista, que, por sua ênfase na unidade de um projeto para toda a sociedade, pode representar o fundamento para um novo paradigma do Direito, lastreado na primazia do interesse coletivo, representando a antítese do pensamento individualista decorrente do liberalismo. No segundo capítulo será analisado o direito ao meio ambiente como direito fundamental na Constituição Brasileira de 1988, e, conseqüentemente, a sua implementação com a máxima eficácia e efetividade no processo, repercutindo no ônus da produção da prova. O terceiro capítulo compreende um brevíssimo exame do processo coletivo no Brasil, instrumento para a concretização do direito fundamental ao meio ambiente, e a sua relação com as demandas individuais, a partir da análise da conexão, da continência, da litispendência e da coisa julgada coletiva. Por fim, o quarto capítulo trata acerca da impropriedade do rito previsto pela Lei nº 4.717/1965 para a ação popular ambiental e investiga o problema da legitimidade e da representação adequada nas demandas coletivas ambientais, inclusive quanto à possibilidade de seu ajuizamento individual. O método empregado nesta dissertação consiste no exame da legislação pátria e da interpretação que lhe conferem a doutrina e os tribunais superiores. Todos os precedentes citados e/ou

transcritos são do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, por serem os intérpretes autênticos da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, respectivamente. As citações bibliográficas ao longo da obra atendem ao método completo, com a indicação de autor, título, local, editora, ano e página.

Palavras-chave: Doutrina comunitarista - Proteção ambiental na Constituição Brasileira de 1988 - representação adequada e legitimidade nas ações coletivas ambientais.

ABSTRACT

This essay assesses, from the comunitarianism doctrine perspective, the environmental protection as a fundamental right on the Brazilian Constitution of 1988 and the environmental class actions adequacy of representation and standing to sue. The paper comprehends 4 (four) chapters. The first one deals with the communitarian doctrine, which, by its emphasis on unity of a project for the whole society, may represent the fundament for a new paradigm of law, grounded on the collective rights primacy, representing the antithesis of liberalism individualistic thought. The second chapter analyses the right to environment as a fundamental right on the Brazilian Constitution of 1988, and therefore its implementation with the utmost efficiency and effectiveness in the process, affecting the burden of proof. The third chapter includes a brief exam of the class actions in Brazil, an instrument to fulfill the basic right to the environment, and its relation to individual lawsuits, from the analysis of connection, continece, *lis pendens* and *res judicata*. Finally, the fourth chapter assesses the impropriety of the proceeding established by the Federal Act n° 4.717/1965 for the environmental citizen lawsuits as well as investigates the issue of standing to sue and adequacy of representation on environmental class actions, including the possibility of its individual initiative. The method employed in this essay consists in examining the Brazilian legislation and its interpretation given by the superior courts and the doctrine. All precedents assessed are from the Supreme Court or the Superior Court of Justice, as the authentic interpreters of the Constitution and Brazilian laws, respectively. The quotations throughout the paper apply the

general method, indicating the author, title, location, publisher, year and page.

Keywords: Communitarianism doctrine - Environmental protection on Brazilian Constitution of 1988 - environmental class actions adequacy of representation and standing to sue.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo I - O comunitarismo e a proteção do meio ambiente como um dos valores essenciais da Constituição da República de 1988.	
1.1 Comunitarismo: origem histórica	16
1.2 O movimento comunitarista estadunidense a partir do final do século XX	19
1.3 O comunitarismo e o meio ambiente na Constituição Brasileira de 1988	28
Capítulo II - O meio ambiente como direito fundamental e a sua repercussão no processo.	
2.1 Breve comentário sobre direitos fundamentais	36
2.2 O meio ambiente como direito fundamental	38
2.3 A prescrição nas demandas ambientais	42
2.4 O desestímulo da sociedade para ajuizar ações coletivas para a proteção do meio ambiente	53
2.5 A incompatibilidade da regra do dispositivo com as demandas coletivas ambientais	56
2.6 O sistema de produção de prova do Código de Processo Civil: teoria estática do ônus da prova	58
2.7 O sistema de produção de prova no processo coletivo: a teoria dinâmica do ônus da prova e a possibilidade de sua inversão	60
2.8 A inversão do ônus da prova aplicada às ações ambientais	61
Capítulo III - A demanda coletiva no Brasil e a sua relação com as demandas individuais.	

3.1 Breve histórico do processo coletivo no Brasil	68
3.2 Crítica terminológica: necessidade de uniformização.	71
3.3 A conexão e a continência	74
3.4 A litispendência	77
3.5 O regime da coisa julgada coletiva	78

Capítulo IV - O problema da legitimidade e da representação adequada nas demandas coletivas ambientais.

4.1 Ação popular ambiental: impropriedades do rito previsto pela Lei nº 4.717/1965 para a efetiva proteção do meio ambiente, conforme o art. 5º, LXXIII, da Constituição da República de 1988	82
4.2 A natureza jurídica da legitimidade para a ação coletiva	92
4.3 A notificação coletiva adequada	96
4.4 A notificação coletiva adequada no projeto de lei nº 5.139/2009	98
4.5 O devido processo legal e a representação adequada .	99
4.6 O controle judicial da representação adequada nas ações coletivas ambientais	104
4.7 O controle judicial da legitimidade de indivíduos para ingressar com demandas coletivas ambientais	111
INFERÊNCIAS	118
REFERÊNCIAS	125